

A CONTRIBUIÇÃO DOS RIBEIRINHOS DO AMAZONAS PARA A SUSTENTABILIDADE

THE CONTRIBUTION OF THE AMAZON RIVERSIDE PEOPLE TO SUSTAINABILITY

LA CONTRIBUCIÓN DE LOS POBLADORES DE LA AMAZONÍA A LA SOSTENIBILIDAD

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-314>

Data de submissão: 30/08/2025

Data de publicação: 30/09/2025

Daniele Serra Pinto Goulart

Mestranda em Direito Ambiental

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

E-mail: dspg.mda25@uea.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4674-8310>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5836956443870835>

Gabriella Ferreira de Andrade Martins

Mestranda em Direito Ambiental

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

E-mail: gfdam.mda25@uea.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6100-9576>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3124240706054598>

Izaura Rodrigues Nascimento

Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

E-mail: irnascimento@uea.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9287-9865>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3909167647909530>

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a contribuição do etnoconhecimento das comunidades ribeirinhas do Amazonas para a sustentabilidade. Para tanto, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi a do método dedutivo; quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica; quanto aos fins foi qualitativa. Concluiu-se que, os saberes tradicionais dos povos ribeirinhos, por oferecerem soluções eficazes, adaptadas ao ambiente local e resilientes frente às adaptações ecológicas, mostraram-se como modelos alternativos de sustentabilidade, diante do cenário de degradação ambiental contemporâneo.

Palavras-chave: Ribeirinhos. Amazonas. Etnoconhecimento. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the contribution of the ethnoknowledge of the riverine communities of the Amazon to sustainability. To this end, the methodology used in this research was the deductive method; regarding the means, the research was bibliographic; regarding the ends, it was qualitative. It was concluded that the traditional knowledge of riverside peoples, by offering effective solutions, adapted to the local environment and resilient in the face of ecological adaptations, proved

to be alternative models of sustainability, in the face of the contemporary scenario of environmental degradation.

Keywords: River Dwellers. Amazonas. Ethno-knowledge. Sustainability.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue analizar la contribución del etnoconocimiento de las comunidades ribereñas de la Amazonía a la sostenibilidad. Para ello, se empleó un método deductivo; los medios fueron bibliográficos; los fines, cualitativos. Se concluyó que el conocimiento tradicional de las comunidades ribereñas, al ofrecer soluciones eficaces adaptadas al entorno local y resilientes a las adaptaciones ecológicas, ha demostrado ser un modelo alternativo de sostenibilidad frente a la degradación ambiental contemporánea.

Palabras clave: Comunidades Ribereñas. Amazonía. Etnoconocimiento. Sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica, conhecida por sua exuberante biodiversidade e imensidão de recursos florestais, acolhe populações que ao longo do tempo desenvolveram conexão com corpos d'água, em especial os ribeirinhos, por estarem fortemente vinculados à natureza fluvial para alimentação e transporte, mantendo suas vidas baseadas na relação de dependência com rios, lagos e igarapés existentes na localidade. Suas integrações à natureza, com adequação às adversidades do ambiente, são ricas em sabedoria cultural, econômica e ambiental.

O ser humano é compreendido pela antropologia em sua dimensão biológica, cultural e social, simultaneamente, de modo que as práticas e costumes associados à população ribeirinha são analisados considerando suas relações com o ambiente natural, os modos de subsistência, as crenças, os saberes tradicionais e suas formas de organização social, construídos historicamente nas margens dos rios, revelando a complexidade e a singularidade de suas formas de vida e identidade cultural.

O objetivo desta pesquisa será o de analisar a contribuição do etnoconhecimento das comunidades ribeirinhas do Amazonas para a sustentabilidade. A problemática que instiga esta pesquisa é: de que forma os saberes tradicionais dos ribeirinhos podem colaborar para a sustentabilidade? A pesquisa se justifica, tendo em vista, a crescente ocorrência de fenômenos naturais preocupantes, como as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade. Esses fenômenos são resultado das ações humanas sobre o meio ambiente, evidenciando que o modelo de desenvolvimento e o modo de vida da sociedade ocidental atual tem gerado impactos negativos significativos e muitas vezes irreversíveis na natureza. Essa situação mostra as limitações desse modelo para conciliar progresso com a conservação ambiental, o que reforça a necessidade de buscar alternativas sustentáveis de valorizar práticas e conhecimentos tradicionais que minimizem os danos ambientais.

Tal estudo pretende contribuir para a valorização desses povos e a compreensão da relação entre as populações ribeirinhas com os ambientes aquáticos e florestais do Amazonas, reforçando o papel dessas comunidades na conservação dos ecossistemas locais. A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa será o método dedutivo, quanto aos meios a pesquisa será bibliográfica, quanto aos fins, qualitativa.

2 RIBEIRINHOS

Com a maior biodiversidade do planeta, o Brasil possui também grande diversidade cultural. Arruda, et. al. (2000, p.26) destacam que:

Existem no país mais de 500 áreas indígenas reconhecidas pelo Estado, habitadas por cerca de 200 sociedades indígenas culturalmente diferenciadas, as quais desenvolveram, ao longo dos

séculos de sua existência, formas de adaptação a toda variedade dos ecossistemas presentes no território nacional. (...) A colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural não-indígena um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresenta características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país. Esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país. (Arruda, et. al., 2000, p.26)

O autor descreve a influência indígena sobre os portugueses e as populações brasileiras, destacando o aspecto alimentar, a adaptação ao meio, a forma de organização para o trabalho e de sociabilidade, o que originou um modelo de adaptação denominado “cultura rústica¹”, baseado na mutualidade. (Arruda, et. al, 2000, p.27). E, ao citar Loureiro complementa dizendo que:

A Amazônia foi, no passado, um lugar com um bom estoque de indígenas para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das drogas do sertão, enriquecendo a metrópole. (...) os colonizadores portugueses capturavam indígenas, pondo-os a trabalhar como guias, mateiros, remeiro; para construírem igrejas, casas, fortificações, engenhos de açúcar ou para servirem como caçadores e pescadores. (Loureiro, 2022, p. 12)

Loureiro (2022, p.12) destaca que os portugueses começaram a explorar as drogas do sertão, matérias-primas extraídas de árvores da floresta nativa.

Arruda, et. al. (2000, p.28) explanam que a expansão econômica brasileira sempre ocorreu de forma cíclica e predatória, incentivando o adensamento populacional em regiões mais ricas para viabilização de sua exploração com utilização de mão de obra barata, deixando essas regiões abandonadas após o esgotamento dos recursos naturais. Salientando que:

As populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem. (ARRUDA, et. al., 2000, p.28). (...) Essa cultura rústica brasileira coexistiu tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de criação de gado, constituindo a base da produção do abastecimento para essas empresas e os povoados e expandindo-se por todo o Brasil à medida que encontrava terras devolutas para reproduzir seu modo de vida. (Arruda, et. al., 2000, p.28)

¹ Arruda, et.al. (2000, p.27) sintetizam cultura rústica como o conjunto de saberes, técnicas e práticas tradicionais, majoritariamente de origem indígena, que estruturam a vida produtiva e social de comunidades rurais, com base na agricultura de subsistência, no uso de ferramentas simples e na cooperação familiar e comunitária.

No final do século XIX e início do século XX, época em que houve migração de nordestinos para a região amazônica, ocorria o intercâmbio comercial entre seringueiros e aviadores ao longo das vias fluviais. (FERNANDES e MOSER, 2021, p.535)

Tocantins (1982, p.107) intitula o dono do seringal como patrão e o aviador como o banqueiro da cidade, explicando que as casas aviadoras abriam créditos ao dono do seringal, em forma de mercadorias e gêneros, crédito resgatável pela entrega da safra produzida no ano de fabrico. As casas aviadoras, por sua vez, estavam presas às casas exportadoras que monopolizavam o comércio de exportação de borracha, todas estas, agentes dos grandes *trusts* de Liverpool, Hamburgo e Nova York. Tocantins (1982, p.116) assinala ainda que, os tipos humanos que criaram a economia da borracha imprimiram costumes nas populações do vale amazônico, contribuindo para definir o perfil da região como é visto até hoje.

Importante destacar que os nordestinos influenciaram os costumes da população amazônica, mas também, o modo de vida do homem amazônico adaptado às regionalidades locais, contribuíram para moldar as populações tradicionais atuais. Para tanto, vale citar:

Os analistas da formação da sociedade patriarcal no Nordeste brasileiro costumam atribuir ao cavalo e ao boi o papel de grandes animais da civilização do açúcar. (...) Na Amazônia, o cavalo foi e é a canoa. Ela conferia dignidade ao colono. Sem a canoa não seria possível o giro mercantil, a ida às drogas, o transporte entre os pontos de interesse social. (...) A canoa criou uma figura que até hoje perdura na paisagem social amazônica, expressando o caráter da geografia, com a marca dominante da água: o regatão². (Tocantins, 1982, p.69)

Desse modo, a ocupação do território brasileiro de modo descontínuo contribuiu para a formação de comunidades relativamente isoladas e autônomas, com culturas moldadas pela interação com o ambiente natural e pelas circunstâncias de ocupação, e, notadamente, influenciadas tanto pelos povos originários quanto pelos colonizadores e migrantes nordestinos, dando origem assim, às comunidades tradicionais. Como observa Benchimol (2009, p.38) em relação aos ribeirinhos:

Eram e são ainda índios puros, meio-índios, índio-caboclos, caboclos, meio-caboclos, caboclos-índios de diferentes grupos étnicos e tipos de miscigenação genética, resultado do cruzamento racial com os colonizadores, imigrantes nordestinos e outros povos. Uma herança cultural indígena aculturada pela convivência com esses novos elementos humanos portadores de outros valores, hábitos e costumes, que foram sendo incorporados pelas necessidades de sobrevivência ao longo dos tempos e dos ciclos econômicos.

Essas minorias étnicas sempre foram marginalizadas, tendo ao longo do tempo, perdido seus territórios, sofrido discriminação social e tendo suas culturas desrespeitadas. Somente com a

² Regatão: homem que gira pelos rios do mesmo termo da cidade em pequenas canoas, que anda de roça em roça a vender os gêneros manufaturados para o consumo popular, e os mais necessários nos usos da vida. (Baena, 1839)

promulgação da Constituição Federal de 1988³, inaugurou uma nova era no Brasil, no que diz respeito ao reconhecimento de comunidades tradicionais e diversidade cultural, ao garantir direito patrimonial imaterial cultural à esses povos, como cultura, território e tradições, do ponto de vista legal.

Trata-se de uma forma de proteção ao multiculturalismo, definido por Hall (2008, p.52) como sendo “(...) as estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais.”⁴

O Decreto nº 4.339/2002, que instituiu a Política Nacional da Biodiversidade, reconheceu a conservação da biodiversidade e valorização da diversidade cultural, identificando os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais como elementares à conservação da biodiversidade e sustentabilidade, mais tarde, através do Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, essas comunidades foram reconhecidas como:

(...) grupo culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007).

A Constituição do Estado do Amazonas direciona o capítulo XIII à população ribeirinha e ao povo da floresta, garantindo-lhes direitos coerentes com os princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, pluralismo cultural e desenvolvimento sustentável.

3 ETNOCONHECIMENTO

Enfatiza Diegues (2019, p.119) que “conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, produzidos pelos povos e comunidades tradicionais, transmitidos oralmente de geração em geração.”

Uma das características das comunidades tradicionais é que não possuem meios como a escrita e livros para armazenar seus saberes ancestrais, por isso, são repassados de geração em geração através

³ Art. 216 CF. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

⁴ Stuart Hall (2008, p.52) define multicultural como um termo qualitativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”.

da palavra falada ou da prática com pessoas mais velhas. Nas linhas de Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p.96):

A construção do saber tradicional possui inúmeras peculiaridades. É um saber alicerçado na vivência dos indivíduos, nas suas relações pessoais, sociais e também com o ambiente. Pode-se afirmar que o conhecimento tradicional é fruto do trabalho e das descobertas de um grupo, o que justifica sua riqueza e diversidade.

Cunha (1999, p. 156) ademais sustenta que o saber local deve ser compreendido em sua complexidade histórica e sociocultural, em vez de ser engessado em categorias legais ou científicas que não respeitam sua lógica própria, defendendo uma valorização dos saberes locais que respeite suas formas de produção e transmissão ao invés de redução a itens de museu ou patentes a serem apropriadas.

Lévi Strauss, em sua obra “O Pensamento Selvagem” (2025, p.274), mostra que o conhecimento humano é sempre estruturado, seja em sociedades tradicionais, que organizam seu saber por meio de mitos, analogias, classificações simbólicas e observações empíricas, seja pelo pensamento científico, que tende à abstração, experimentação sistemática e explicações causais, sendo ambos complexos e válidos. Para ele, não existe superioridade de um modo de pensar sobre o outro, sendo ambos complexos e válidos, considera que as culturas tradicionais não são atrasadas, mas diferentes e sofisticadas.

De acordo com o autor, os conhecimentos tradicionais compõem o que denomina de “ciência do concreto”, que utiliza categorias empíricas e sensoriais, ligadas ao ambiente e ao cotidiano, baseadas em uma lógica própria simbólica, mas profundamente coerente.

Essa ciência do concreto deve ser, por essência, limitada a outros resultados além dos prometidos às ciências exatas e naturais, mas ela não foi menos científica, e seus resultados não foram menos reais. Assegurados dez mil anos antes dos outros, são sempre o substrato de nossa civilização. (Lévi Strauss, 1908, p.31)

Como bem apontado por Chaves (2024, p.43):

O modo de vida das comunidades tradicionais tem como característica marcante a harmonia com o ambiente no qual se inserem. Os Ribeirinhos, por exemplo, por viverem em regiões de várzea, possuem um modo de organização e reprodução social baseado na constante interação com o rio e determinado pelas mudanças no volume das águas e pelos recursos que ele oferece.

Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p.15) explicam que:

Durante um período do ano (4 a 5 meses), a maior porção dessa planície está submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, participa do ambiente terrestre. A falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro “estações climáticas” no ecossistema de várzea, que regulam o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, a biota e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos

Conforme defende Diegues, et. al. (1999, p.48), os ribeirinhos vivem à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas e, portanto, dependem fundamentalmente da pesca como principal fonte de proteína.

Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p.173) esclarecem que o contato dos indígenas com os colonizadores fez com que o peixe que tinha valor de uso (sobrevivência) para os indígenas passasse a ter valor de troca quando começou a ser comercializado ou trocado por outros bens, o que levou a mudanças no método de pesca até então praticados.

Apesar disso, acentuam que comunidades ribeirinhas resistem à pesca predatória e na comunidade da área focal do Projeto Piatam⁵, onde fizeram sua pesquisa, é adotada a pesca de subsistência e, subsidiariamente, atividade comercial em algumas comunidades.

Os métodos e os apetrechos de captura que usam são artesanais e os ambientes pesqueiros que exploram são sempre os localizados nas proximidades das áreas de residência. As embarcações utilizadas são do tipo canoa a remo ou a motor. A pesca é tipicamente multiespecífica, com acentuada preferência por peixes de escama e com alguma especialização no caso da captura de bagre migradores, pesca que acontece sazonalmente (época seca) e que tem como objetivo a comercialização do produto. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.178)

Diegues, et.al realçam:

Quando começa a cheia, torna-se impossível fazer roça e mesmo a pesca e a caça tornam-se mais difíceis. Esses caboclos são extrativistas e agricultores, que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, freqüentemente, em períodos de maior demanda de força de trabalho lançam mão da troca de dias entre vizinhos. Como os sítios ocupam as beiras dos rios, os ribeirinhos podem tirar proveito das várzeas, colhendo produtos alimentícios, principalmente a mandioca, mas também frutas e ervas medicinais. Nas florestas, extraem o látex para a venda e também a castanha do Pará, além de criar pequenos animais domésticos e alguns deles têm também algumas cabeças de gado. Moram em casas de madeira, construídas em palafita, mais adaptadas ao sistema das cheias. (Diegues, et. al., 1999, p.48)

Como bem exemplificam Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p.19), dentre uma das alternativas difundidas pelos ribeirinhos para superar as variantes climáticas e hidrológicas, como o controle do

⁵ Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p. 7) explicam Piatam como sendo o Projeto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria de Petróleo na Amazônia, cujos estudos desvelam o mundo da superfície, o mundo natural dos agricultores-pescadores familiares que formam a população rural do trecho afetado pelo transporte de gás e petróleo no Amazonas.

excesso de umidade do solo, se dá o cultivo de hortaliças em canteiros suspensos, de modo que as plantas não ficam submersas e não precisa interromper o cultivo durante o período das cheias. Outra técnica aplicada por eles, é o ajuste do calendário agrícola aos regimes pluvial e fluvial. No que tange à caça:

(...) o conhecimento tradicional é fundamental para o sucesso da caçada, pois os ribeirinhos que dependem da caça como recurso devem contar com conhecimento profundo sobre os ambientes e os animais. (...) a atividade de caça não pode ser percebida apenas como processo técnico, pois é uma atividade perpassada pelo conhecimento de uma ciência da natureza que orienta a captura dos animais. O conhecimento tradicional não é pré-lógico ou pré-científico, é baseado em observações contínuas de fenômenos naturais recorrentes da experimentação de decidir sobre os ambientes mais adequados e o uso das técnicas mais apropriadas para caçar. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.157 e 158)

No estudo realizado por Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p.160), em nove comunidades ribeirinhas da área focal do Piatam, os autores percebem que a carne de tartaruga é bastante apreciada pelos moradores das comunidades ribeirinhas, que a maior incidência na captura de mamíferos ocorreu em área de floresta de terra firme, assim como observaram que as aves aquáticas capturadas com maior frequência foram em ambientes de várzea.

Isso demonstra o saber prático, empírico e profundo dos ribeirinhos sobre a localidade em que habitam. Os escritores descrevem quatro técnicas de caça:

(..) a captura da caça dá-se principalmente pela técnica de tocaia, onde o caçador prepara o terreno em direção às árvores frutíferas e observa o rastro de caça que se alimentava dos frutos e, então, o caçador fica no local escolhido durante a noite esperando o animal chegar até abatê-lo com o uso da espingarda. A segunda técnica de captura é a perseguição da caça com o auxílio do cachorro. Nesta técnica, o caçador persegue o animal, através de seus rastros e rugidos até tê-lo acuado completamente. Outra técnica bastante utilizada nas comunidades é armadilha, que consiste num dispositivo de disparo fabricado a partir de canos de ferro ou com própria espingarda, onde o caçador numa determinada área estende uma corda ou um arame no caminho e quando o animal passa o dispositivo é disparado. A última modalidade é o da caça através da canoa, que compreende a condução por meio da canoa para alcançar os locais de caça, nos lagos ou no igapó. A caça através da canoa é importante na captura de quelônios e aves, em geral, no intervalo da pesca. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.161)

Outro conhecimento tradicional dos ribeirinhos diz respeito às plantas medicinais que:

(...) são plantadas em caixotes sobre varas, o chamado jirau, na maioria dos quintais comunitários. Pode-se dizer que essas plantas são consideradas a farmácia viva dessas famílias, plantadas/transplantadas a fim de estarem à mão em caso de necessidade. Para muitas gerações, esses pequenos jiraus, perto das residências, têm sido utilizados como jardins caseiros. Estes jardins servem às necessidades próprias da família, possuem toda a gama de plantas que fornecem alimentos e medicamentos. Elas são utilizadas principalmente para prevenir e tratar doenças comuns, mas a sua conservação também significa que o conhecimento local, associado com as propriedades curativas e correta aplicação, será preservado. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.125)

Os autores se surpreendem com os conhecimentos dos curandeiros, ervateiros e rezadeiras, que mesmo sem o conhecimento científico sabem identificar, preparar e receitar as plantas corretas de acordo com cada doença.

Os caboclos-ribeirinhos fornecem informações detalhadas quanto ao modo de preparo e posologia de seus remédios (...) os ribeirinhos têm noção de doses, recomendando as menores para os bebês, as médias para crianças e as maiores para adultos. (...) Os ribeirinhos dizem que seus remédios nunca são maléficos. Mas têm o cuidado de prevenir quando o medicamento é muito forte, devendo, por isso, deve ser ingerido em pequenas doses. Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p.126)

Os autores destacam que:

O conhecimento local inclui inventários mentais das plantas medicinais, como ervas, cipós, arbustos e árvores. Inclui informações acerca das plantas que crescem bem juntas, ou que florescem no início ou no final das chuvas. Inclui também práticas e tecnologias, tais como os métodos de tratamento e armazenamento de sementes e materiais usados para o plantio e a colheitas das plantas medicinais. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.113)

Não só plantas são utilizadas na medicina tradicional, mas também produtos de origem animal como: as “banhas” (gorduras) que servem como pomadas curativas, e ainda como componentes de misturas denominadas “garrafadas”, ou os “ossos” que podem ser usados para fazer chá ou serem macerados para também compor algum tipo de formulação.” (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.112). Não pode passar despercebido o acompanhamento gestacional, que é:

(...) feito pelas parteiras, mulheres curiosas que aprenderam seu ofício na prática, tendo, por isso, anos de experiência. Todas as recomendações para uma gravidez saudável são passadas por elas, tanto em relação à dieta quanto recomendações do tipo “a gestante e o marido (se este ainda não o sabe) não devem tocar em carne ou peixe apanhados por outros, pois poderiam fazer que o caçador ou pescador contraísse panema; aconselham a futura mãe a ter cuidado na igreja, onde o cheiro de velas e “incenso” lhe poderá provocar desmaios, além de não poder comer banana “gêmeas” (isto é, dois frutos reunidos) para evitar que lhes nasça um casal de gêmeos”, recomendações seguidas à risca por elas. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.122)

Como o povo ribeirinho retira da floresta os recursos naturais de que necessitam, para a construção de suas moradias, utilizam em geral, a madeira e palha que estão ao seu fácil alcance.

Em pesquisa realizada por Fraxe, Pereira e Witkoski na Comunidade Santa Luzia do Buiuçuzinho, os autores endossam:

A grande maioria dos recursos naturais oriundos da floresta é madeireiro. Com relação às formas de uso, observa-se que 78,8% dos recursos florestais são destinados para construção

de moradias, cercas, galinheiros, marombas⁶, pontes e distintas benfeitorias existentes na propriedade. (...) As palhas brancas (folhas mais novas) são retiradas da floresta, transportadas por canoas até a moradia; em seguida, acontece a “abertura das palhas”; finalmente, as palhas são colocadas pra secar, então são utilizadas na cobertura. (Fraxe, Pereira e Witkoski, 2007, p.144 e 146)

Percebe-se que os ribeirinhos possuem um amplo domínio não apenas da várzea e do rio, mas também da floresta.

4 CONTRIBUIÇÃO DO ETNOCONHECIMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE

Boff (2012, p. 107) define sustentabilidade como sendo:

Toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

Em suas reflexões, Boff (2012, p. 128) sustenta que:

Uma sociedade é sustentável quando se organiza e se comporta de tal forma que ela, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, junto com a comunidade de vida. Quanto mais uma sociedade se funda sobre recursos renováveis e recicláveis, mais sustentável se torna. (...) Uma sociedade só pode ser considerada sustentável se ela mesma, por seu trabalho e produção, tornar-se mais e mais autônoma. (...) Uma sociedade é sustentável se seus cidadãos forem socialmente participativos, cultivarem um cuidado consciente para com a conservação e regeneração da natureza e destarte puderem tornar concreta e continuamente perfectível a democracia sócio ecológica.

Segundo a visão de Bosselman (2015, p.77):

A essência não é a “sustentabilidade econômica”, tampouco a “sustentabilidade social” e o “tudo sustentável”, mas sim a “sustentabilidade ecológica”. Esta não é a mesma essência que os objetivos econômicos e sociais tratam com menos importantes. Ambos são partes integrantes do conceito de desenvolvimento sustentável, mas não são partes integrantes do princípio da sustentabilidade.

Depreende-se que sustentabilidade, de modo prático, é a capacidade de algo se sustentar e se manter, estando associada a noção de desenvolvimento sustentável, uma vez que, através deste, aquela é promovida.

Conforme mencionado por Chaves (2024, p.40):

⁶ Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p. 21) descrevem “Marombas” como currais suspensos.

O chamado desenvolvimento sustentável é composto por três pilares: o econômico, o social e o ambiental. Esses três pilares encontram-se em sintonia com as disposições da Carta Constitucional quando somados ao objetivo de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais (art.3º, I e III), o estabelecimento de uma ordem econômica sustentável (art. 170, VI) e o dever de tutela ecológica atribuído ao Estado e à sociedade (art.225).

O modo de produção atual, baseado na busca incessante pelo máximo acúmulo de riqueza e capital, depende da dominação da natureza e da exploração de seus recursos. Basta olhar ao redor, para se perceber que, hodiernamente, práticas comuns levam a insustentabilidade, a exemplo da pesca predatória praticada com redes e tarrafas ilegais; a captura de peixes em quantidades excessivas; o desmatamento; as queimadas; os esgotos urbanos; o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas na lavoura, que contamina os alimentos, o solo e as águas; o turismo desordenado, dentre tantas outras.

Em contrapartida, como exposto no tópico anterior, os ribeirinhos adotam um modo de produção voltado para a subsistência, o que evita a exploração excessiva da natureza. Essa postura revela um equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação ambiental, refletindo uma relação de reciprocidade do homem que depende da natureza para viver. Essa atitude demonstra uma visão integrada do ser humano com a natureza, em que a sustentabilidade é fruto de um compromisso com o ambiente.

Sob esta perspectiva:

O desenvolvimento sustentável se torna viável quanto mais ele surgir da interação da comunidade com o seu respectivo ecossistema local e regional. (...) É possível produzir um desenvolvimento sustentável à base do conhecimento detalhado dos recursos e serviços do respectivo bioma. (...) Neste contexto é importante valorizar o capital social da população em presença. Ela acumulou conhecimentos experimentais, hábitos de utilização de recursos, gerou coesão social e níveis de confiança e cooperação, essenciais para a inclusão de todos e a superação da pobreza. A cultura desempenha papel importante ao reforçar a maneira de viver juntos e potenciar a identidade do grupo mediante o cultivo das tradições e das festas locais. Um desenvolvimento de rosto humano é um componente importante da sustentabilidade. (Boff, 2012, p.138)

A concepção difundida da Amazônia, como um território de superabundância de meios de vida, sustentada pela diversidade biológica, riqueza dos recursos naturais e pelos sistemas tradicionais de subsistência, tem sido progressivamente afetada à luz dos impactos das mudanças climáticas. O regime hidrológico, elemento estruturante dos modos de vida amazônicos, vem sendo profundamente alterado por secas mais intensas e prolongadas, que comprometem a reprodução econômica, social e cultural das populações locais, realidade que reflete na tendência de invisibilidade da vulnerabilidade socioambiental da população local e desconsideração da crescente instabilidade ecológica da região.

Diante dos desafios socioambientais contemporâneos, observa-se que o modo de vida dos ribeirinhos permanece ajustado às condições naturais, sustentando-se em valores culturais que

promovem a harmonia entre ser humano e o ambiente, demonstrando que a sustentabilidade está profundamente enraizada nas práticas e saberes locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi atingido quando demonstra que o secular conhecimento acumulado por comunidades ribeirinhas do Amazonas através do contato com a natureza é importante para práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais e para a manutenção da biodiversidade amazônica.

A pesquisa se desenvolveu acreditando que a cultura ribeirinha é fonte de conhecimento e sabedoria ambiental. Assim procurou-se evidenciar não apenas o modo de vida dos povos ribeirinhos, mas também algumas técnicas utilizadas por eles, no uso adequado e, consequentemente, na conservação dos recursos naturais.

A importância do conhecimento tradicional de comunidades ribeirinhas baseia-se no fato de que os ribeirinhos possuem experiência na conservação e preservação da diversidade biológica e ecológica, que estão atualmente sendo destruídas. Assim, eles podem contribuir para a valorização das relações entre o homem e a natureza, de forma a complementar e integrar os saberes tradicionais aos científicos, promovendo práticas sustentáveis que respeitam os ecossistemas e fortalecem a gestão participativa dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira, SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da, FIGOLS, Francisca Aida Barbosa, ANDRADE, Daniela. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. DIEGUES, Antônio Carlos. (org.) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade, NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/50652047/Os_saberes_tradicionais_e_a_biodiversidade_no_Brasi. Acesso em: 06 jun. 2025.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. 3 ed. Manaus: Valer, 2009.
- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é: o que não é. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOSSELMANN, Klaus. O Princípio da Sustentabilidade: Transformando Direito e Governança. Tradução de Phillip Gil França, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 4.339 de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm. Acesso em: 27 mai. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 27 mai. 2025.
- CHAVES, Luiza Lydia Arruda S. C. Direito ao Território: regularização fundiária a partir da tradicionalidade. 1 ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 36, p. 147–163, 1999. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9480>. Acesso em: 27 mai. 2025.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. Desenvolvimento e Meio Ambiente. [S. l.], v. 50, 2019. DOI: 10.5380/dma.v50i0.66617. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- FERNANDES, Joyce Sampaio Neves, MOSER, Liliane. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>. Disponível em: scielo.br/j/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/?format=pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA, Henrique dos Santos, WITKOSKI, Antônio Carlos. (orgs.) Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. (Orgs). Liv Sovik; Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem. Tradução de Tânia Pellegrini. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 1989. Disponível em:

https://www.academia.edu/93999254/Claude_Lévi_Strauss_O_Pensamento_Selvagem. Acesso em: 06 jun. 2025.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia, colônia do Brasil. Manaus: Valer, 2022.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.